

Área 2: Economia Política

A DINÂMICA RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA LEITURA A PARTIR DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Daniel Nogueira Silva¹
Giliad Souza Silva²

Resumo

O Exército Industrial de Reserva (EIR) é uma categoria teórica marxista que ajuda a entender o modo como a dinâmica da acumulação capitalista produz uma população excedente que não é absorvida diretamente no processo de valorização do capital, apesar de ser central para essa dinâmica. Partindo dessa categoria, o objetivo deste trabalho é analisar a economia brasileira no período entre 2012 e 2021 e a sua relação com os processos políticos e econômicos enfrentados pelos país. Os principais resultados do trabalho apontam para um aumento do EIR no período analisado, sendo explicado principalmente pela ampliação do EIR na sua forma flutuante.

Palavras-chave: Exército Industrial de Reserva; Economia Brasileira; Classe Trabalhadora.

JEL: B51; N36

Abstract

The Industrial Reserve Army (IRA) is a Marxist theoretical category that helps to understand how the dynamics of capitalist accumulation produces a surplus population that is not directly absorbed in the process of capital appreciation, despite being central to this dynamic. Starting from this category, the objective of this work is to analyze the Brazilian economy in the period between 2012 and 2021 and its relationship with the political and economic processes faced by the country. The main results of the work point to an increase in the IRA in the analyzed period, which is mainly explained by the expansion of the IRA in its floating form, since the latent and stagnant layers showed a reduction.

Keywords: Industrial Reserve Army; Brazilian economy; Working class.

¹ Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento da Amazônia (PPGPAM/Unifesspa) e de Economia (PPGE/UFPA). Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento da Amazônia (PPGPAM/Unifesspa). Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1. INTRODUÇÃO

A crise econômica e política que abateu o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e culminou no golpe contra a presidente Dilma e a posterior ascensão da extrema direita no Brasil tem sido objeto de diversos estudos. Para autores como Rossi *et al.* (2020) a crise econômica foi o principal desencadeador da perda de popularidade do governo Dilma e foi aprofundada por uma série de erros na condução da política econômica. Contudo, segundo esses autores, as raízes dessa crise estão nas características típicas de economias subdesenvolvidas, que impõem limites para um modelo de desenvolvimento baseado em mercados de consumo de massa e melhorias nas condições do mercado de trabalho, estratégias centrais dos governos petistas. Esses argumentos também são defendidos por Serrano e Suma (2015), que apontam limitações da política cambial e fiscal do governo Dilma como as principais causas da crise econômica e política enfrentada por ela.

Outros autores como Boito Júnior (2020) e Braga, Santos (2020) argumentam que as principais dificuldades enfrentadas pela presidente Dilma estão relacionadas à sua incapacidade em garantir a aliança de classes firmado pelo então presidente Lula (2002 – 2010), que garantiu a governabilidade nos dois primeiros mandatos do PT e no início de seu governo. Essa dificuldade em garantir tal aliança rompeu o acordo de classes articulado por Lula e, conseqüentemente, minou o apoio político recebido até então pela presidente Dilma. A crise econômica seria apenas a manifestação aparente do enfraquecimento da aliança que dava suporte à governabilidade. Ao mesmo tempo que aponta para desgastes com setores rentistas, representantes do capital financeiro (CARVALHO, 2018), que aos poucos iam levando ao fim a coalizão que havia garantido certo grau de estabilidade política ao longo dos dois mandatos de Lula e os dois primeiros anos de seu governo (SINGER, 2020).

Há também os trabalhos que argumentam como um dos aspectos relevantes para entender o contexto político e social desse período, o papel que a taxa de lucro e seus determinantes desempenharam na garantia da estabilidade econômica e social (MARQUETTI, *et al.*, 2019, 2020). Segundo esses autores, a queda na lucratividade após 2008 foi um elemento para romper com a aliança política promovida pelo governo Lula entre a classe capitalista e os trabalhadores, elemento central para a estabilidade do governo. Os autores apresentam diversas evidências que entre 1973 e 1989 há uma queda acentuada na taxa de lucro no Brasil, seguida por uma fase de recuperação entre 1990 e 2007, mas em níveis abaixo de 1980. A partir de 2008 até 2015, período que faz parte do recorte do presente trabalho, Marquetti *et al.* (2020) passa a observar uma queda da taxa de lucro, que corresponde à crise estrutural do neoliberalismo. A partir de 2016, os autores identificam uma retomada da taxa, mas sem evidências suficientes se ela representa uma nova fase da rentabilidade do capital.

Dialogando com essa literatura e buscando ampliar a discussão, o objetivo deste trabalho é apresentar uma breve análise da dinâmica da economia brasileira no período entre 2012 e 2021 a partir do comportamento do Exército Industrial de Reserva (EIR) e a sua relação com os processos políticos e econômicos enfrentados pelos país. O principal argumento que busca ser analisado neste texto é que um dos fatores que ajudam a explicar o enfraquecimento do governo do PT, que conduziu a queda da presidente Dilma e a ascensão do Bolsonarismo, foi o enfraquecimento da força política da classe trabalhadora, medida aqui pelo tamanho do Exército Industrial de Reserva.

Para avaliar esse argumento é aplicado o conceito marxista do Exército Industrial de Reserva (EIR), também chamada de superpopulação relativa, aos dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD-C), para o período entre o primeiro trimestre de 2012 (1T-2012) até o quarto trimestre de 2021 (4T-2021). Segundo a teoria marxista, o EIR comporta-se como um importante indicativo da força da classe trabalhadora e a sua existência ajuda a moderar os custos do trabalho através de uma intensificação da competição por postos de trabalho. Nos contextos em que ela reduz, os trabalhadores tendem a tornar mais fortes as suas demandas sociais junto aos capitalistas, e quando ela aumenta, a classe trabalhadora enfraquece a sua capacidade de organização pressão social (MARX,

1996). Todavia, esse processo é cercado por contradições, já que o aumento do EIR em última instância também ameaça a classe capitalista, dada a situação de miséria e desespero que essa superpopulação relativa se encontra (RIGAKOS, ERGUL, 2011).

Além de ampliar os estudos empíricos que trabalham com essa categoria, como desenvolvido por Granato Neto e Germer (2013), Foster *et al.* (2011), Basu (2022) e Fernandez (2022), esse artigo contribui para análise do papel exercido pelos trabalhadores no conflito distributivo, ao incorporar uma variável pouco utilizada nessa discussão, que é o EIR. Geralmente, as análises sobre esse tema utilizam outras variáveis para avaliar a capacidade de pressão da classe trabalhadora. Uma delas são os dados referentes à sindicalização dos trabalhadores (ou número de sindicatos) (RIGAKOS, ERKUL, 2011; HOWELL, 2019). Essas análises tendem a focar em uma leitura dual do mercado de trabalho, separando os trabalhadores “*insiders*” dos “*outsiders*” (SCHWANDER, 2018). Um segundo tipo de variável utilizado é o nível e a taxa de emprego e desemprego. Esse último aparece especialmente nos modelos heterodoxos baseados em Goodwin (1967), como em Silva e Morrone (2021a).

Partindo desses elementos apresentados e com o intuito de alcançar os objetivos propostos, o trabalho está organizado em mais duas seções, além desta introdução e da conclusão em que são sintetizadas as principais ideias do texto. Na primeira seção é feita uma apresentação do conceito do EIR e algumas das suas aplicações na literatura. Na segunda seção, o texto avança e apresenta a categoria do EIR e a sua correspondência com os dados da PNAD-C articuladas com as dinâmicas da economia brasileira no período que vai de 2012 a 2021.

2. A DINÂMICA CAPITALISTA E O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA: TEORIA E APLICAÇÕES

A dinâmica da acumulação capitalista produz um conjunto de tendências que ajudam a entender o comportamento do sistema econômico. Nesse sentido, essa seção busca apresentar, a partir da obra de Marx (1996), os fundamentos teóricos que explicam o surgimento do EIR, bem como algumas aplicações empíricas construídas a partir desse conceito.

2.1. Os fundamentos teóricos do Exército Industrial de Reserva

Um dos elementos centrais que colaboram na compreensão do capitalismo é a dinâmica de produção e incorporação tecnológica. Marx (1996), ao tratar desse assunto, disserta, inicialmente, sobre a composição do capital produtivo (a forma do capital responsável pela criação da mais-valia). O capital adiantado aparece no processo de produção como capital constante (C - trabalho morto) e capital variável (V - trabalho vivo).

Essas são as formas de existência do capital produtivo e só nesta forma do capital pode assim ser identificado. É trabalho morto em função de ser trabalho já aplicado e cristalizado em uma mercadoria. No circuito de produção do capital, aparece como meios de produção (MP) e é chamado de capital constante em função de que, no processo produtivo, transferem parte de seu valor ao novo produto. E é trabalho vivo por ser trabalho em execução, aquele capaz de agregar novo valor ao produto, sendo o único capaz de gerar trabalho excedente conhecido como mais-valia (MV).

A proporção em que o capital produtivo se divide em C e V, ou seja, C/V, é chamado de composição valor do capital (CVC). Para Marx, essa proporção se dá em termos de valor, ou seja, é a proporção em que se divide o valor dos meios de produção (soma total, em termos monetários, dos valores dos instrumentos de trabalho e dos insumos) pelo valor da força de trabalho (soma total dos salários). Assim, a composição valor evidencia como os valores estão distribuídos nas formas de capital produtivo.

O capital produtivo também se expressa em termos materiais, ou seja, enquanto valores de uso e pode ser decomposto em meios de produção (MP) e trabalho vivo (T). Marx chama a proporção em que o capital produtivo se divide em MP e T, ou seja, MP/T, de composição técnica do capital produtivo (CTC). Essa proporção pode ser usada para mostrar a produtividade do trabalho. Quanto maior for a produtividade maior será a quantidade de meios de produção em relação a quantidade de trabalho em um determinado período.

Maldonado e Marquetti (2019) afirmam que há dois fatores que causam impactos no valor dos componentes do capital produtivo, logo, na CVC. Primeiro, preços relativos, que se expressam na relação entre os preços dos meios de produção e dos salários; e segundo, o arranjo tecnológico, que se expressa na relação entre quantidade material dos meios de produção (MP) e a quantidade necessária de tempo de trabalho abstrato (T) para transformá-los em novas mercadorias. Esta última nada mais é do que a própria CTC. Em termos algébricos, Maldonado e Marquetti (2019) apresentam assim,

$$\frac{C}{V} = \frac{PS_{MP}}{PS_T} \cdot \frac{MP}{T} \quad (1)$$

Onde

$\frac{C}{V}$: Composição Valor do Capital Produtivo;

PS_{MP} : Valores dos MP expressos em termos monetários (ou preços sociais);

PS_T : Valor que custa para aplicar 1 unidade de trabalho abstrato expressos em termos monetários (ou preços sociais) ou apenas Preço Social do Trabalho. Esta é a força reguladora dos salários;

$\frac{MP}{T}$: Composição Técnica do Capital Produtivo.

O que a equação 1 expressa é que CVC está em função tanto dos preços relativos ($\frac{PS_{MP}}{PS_T}$) quanto da CTC ($\frac{MP}{T}$). A grande questão é que a CTC não está diretamente visível aos agentes e nem suas alterações. Desse modo, Marx desenvolve o conceito Composição Orgânica do Capital (COC). Quando CVC se expressa diretamente pelo arranjo tecnológico ($C/V = f(MP/T)$) e suas alterações, ainda que de forma imprecisa, devem-se a mudanças na CTC, tem-se a COC. Assim, COC é um conceito que visa compreender a forma visível da tecnologia através de sua expressão em termos de valor.

Algo importante a se destacar é que, teoricamente, a acumulação de capital, do ponto de vista macroeconômico (ou do capital social total), pode ocorrer com ou sem incorporação de tecnologia. Em um cenário sem incorporação tecnológica (ou seja, com COC constante), a acumulação de capital provoca um aumento relativo na demanda por trabalho, causando um aumento do salário e rebaixando a taxa de lucro. O reflexo disto é uma redução na acumulação de capital até o ponto em que haja um aumento relativo na oferta de trabalho, seguido pelo retorno ao primeiro momento. Gera-se, assim, um comportamento cíclico e os salários variam em função da acumulação de capital.

Já em um cenário em que há acumulação de capital com incorporação tecnológica (ou seja, com COC crescente), o processo é distinto. A demanda por trabalho é afetada, em proporções diretas, pela acumulação de capital, e em proporções inversas à incorporação tecnológica. Logo, não há uma única variável que afete a demanda por trabalho, como é o caso da acumulação de capital com COC constante. Conforme Maldonado e Marquetti (2019), é possível apresentar esse processo algebricamente.

$$g_N = f(g_K; g_Y) \quad (2)$$

$$\frac{\delta g_N}{\delta g_K} > 0; \frac{\delta g_N}{\delta g_Y} < 0$$

$$g_{ON} = f(g_{POP}) \quad (3)$$

Onde

g_N : Crescimento da demanda por trabalhadores, entendido como igual ao crescimento da demanda por trabalho;

g_K : Acumulação de capital;
 g_Y : Incorporação tecnológica ou COC crescente;
 g_{ON} : Crescimento da oferta de trabalho
 g_{POP} : Crescimento vegetativo.

A equação 2 expressa que, quanto maior a acumulação de capital, maior tende a ser a demanda por trabalho e quanto maior é a incorporação de tecnologia (que poupa trabalho), menor tende a ser a demanda por trabalho. Se a oferta de trabalho crescer igualmente ao crescimento vegetativo (equação 3) e se a acumulação de capital produz uma tendência à incorporação persistente de tecnologia, a conclusão é que o capitalismo tende a gerar excesso estrutural de oferta de trabalhadores, traduzido como população trabalhadora excedente. Marx denomina este excedente como Exército Industrial de Reserva (EIR). Maldonado e Marquetti (2019) apresentam algebricamente esse processo da seguinte forma:

$$EIR = f(g_K; g_Y; g_{POP}) \quad (4)$$

$$\frac{\delta g_N}{\delta g_K} < 0; \frac{\delta g_N}{\delta g_Y} > 0; \frac{\delta g_N}{\delta g_{POP}} > 0$$

A equação 4 expressa que o processo de acumulação de capital com COC crescente faz com que a população trabalhadora seja maior do que aquela necessária aos requerimentos médios para a reprodução ampliada do capital total. Essa superpopulação relativa tem diversas utilidades para o Capital. A mais importante delas é servir como uma reserva de força de trabalho para o capitalismo nos momentos em que ele precisa se expandir e demanda maior quantidade de trabalhadores, ao mesmo tempo que reduz a pressão por maiores salários. O EIR é, portanto, o mecanismo responsável por manter estável o valor da força de trabalho, garantindo as condições necessárias para a geração da mais-valia (BASU, 2022). Essa característica funcional e dinâmica do EIR é central para a acumulação capitalista e cria desafios importantes para a organização social.

2.2. Evidências Empíricas e algumas Qualificações

O esforço de aplicar o conceito do EIR para analisar aspectos específicos do capitalismo contemporâneo tem sido explorado por diversos autores. Um dos primeiros textos a investigar esta temática do ponto de vista empírico foi Hymer (1978). O foco da análise foi em economias periféricas. Segundo o autor, o EIR abundante em economias periféricas complementa o exército de reserva interno das economias centrais, colaborando na formação da base material que daria vigor ao capital multinacional em seu processo de internacionalizar a produção. A consolidação desse movimento colabora nas divisões e cisões no interior da classe trabalhadora, nacional e internacionalmente. Isto, para Hymer (1978), evidencia uma mudança sistemática no emprego globalmente.

Basu (2013, 2022), ao analisar o mercado de trabalho dos Estados Unidos no período do pós-guerra, ressalta algumas mudanças na dinâmica econômica mundial que contribuíram para disciplinar a classe trabalhadora e ampliar o EIR. Analisando o padrão dos dados coletados, o primeiro elemento observado por ele foi a realocação da produção industrial norte-americana para a periferia global, fenômeno também observado por Gordon (1988) e Foster, *et al.* (2011). Através desse mecanismo foi possível garantir os níveis de lucratividade ao mesmo tempo em que aprofundava os mecanismos de exploração dos trabalhadores, já que os países para onde essas indústrias eram deslocados não ofereciam as mesmas condições de trabalho presentes no território norte-americano. Outro fator estava ligado às mudanças técnicas que ocorreram no processo de produção de mercadorias. Como as novas tecnologias eram poupadoras de mão de obra, mais trabalhadores passaram a ocupar as filas do Exército Industrial. Segundo Basu (2013), esses dois mecanismos, ao ampliar o EIR, viabilizam a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que infligem custos consideráveis à classe trabalhadora. Um terceiro elemento, são os ciclos econômicos provocados

pelas flutuações na atividade econômica. Os investimentos realizados pelas firmas capitalistas podem variar devido às suas expectativas, o consumo das famílias (sejam elas formadas por trabalhadores ou capitalistas) pode variar diante de alterações nos hábitos de consumo; gastos do governo flutuam devido a mudanças na política fiscal e monetária. Nos EUA, na fase de ascensão desses ciclos mais trabalhadores se movem do exército de reserva para o exército ativo, enquanto na queda do ciclo, o movimento inverso ocorre. Esses elementos apontados por Basu (2013, 2022) vão na direção dos argumentos de Colombini (2020). Segundo esse autor, cada momento histórico concreto vai produzir particularidades na forma como a reprodução capitalista se materializa e como isso repercute nas formas de constituição do trabalhador.

O modo de produção capitalista impõe para a classe trabalhadora a necessidade contínua de vender a sua força de trabalho aos capitalistas para garantir a renda necessária para a sua existência. No contexto em que ela não é comprada pelos capitalistas, é necessário encontrar outras formas de garantir a sua existência e é nesse ponto que diversas outras formas de relações de trabalho são criadas (BRASS, 2022). Para englobar esse conjunto de formas de existência e que expressam diferentes níveis de disponibilidade dessa força de trabalho de ser usada pelo capital, Marx (1996) distribui o EIR em três camadas: flutuante ou líquida, latente e estagnada³.

Alguns autores como Rigakos e Ergul (2011) consideram essa subdivisão do EIR com menos aplicabilidade no capitalismo contemporâneo, e por isso optam por não a utilizar em sua pesquisa. No texto, eles constroem uma análise internacional que analisa a relação entre o crescimento do emprego policial tanto público quanto privado com dois elementos da economia política marxiana: i. A desigualdade de renda; ii. O aumento do exército industrial de reserva.

Diferente deles, nesse trabalho, em linha com Kalpagam (1985), Herod *et al.* (2021), Foster *et al.* (2011), Basu (2022), Aquino (2017) e Granato Neto e Germer (2013), essas camadas do EIR são consideradas fundamentais para a compreensão da dinâmica capitalista por tanto indicarem os aspectos permanentes dessa superpopulação relativa e aqueles relacionados aos ciclos econômicos. Como em Basu (2022), a Figura 1 é apresentada a dinâmica de formação desses grupos envolvendo estoques e fluxos. O estoque da força de trabalho pode ser dividido em dois grupos: trabalhadores ativos (aqueles empregados em empresas capitalistas) e o Exército de Reserva (não empregados em empresas capitalistas). Na Figura 1, esses dois grupos são representados pelas caixas cinzas.

Os fluxos nessa economia iniciam com os novos entrantes na força de trabalho (A), lado esquerdo do esquema. De partida, os trabalhadores que conseguem encontrar emprego são movidos para o Exército Ativo, enquanto os demais vão para o Exército Industrial em suas três diferentes formas. Posteriormente a isso, eles são aposentados (F) ou forçados a se aposentarem (E). Observando especificamente cada um dos fluxos é possível ver com mais clareza o papel das diferentes camadas do EIR.

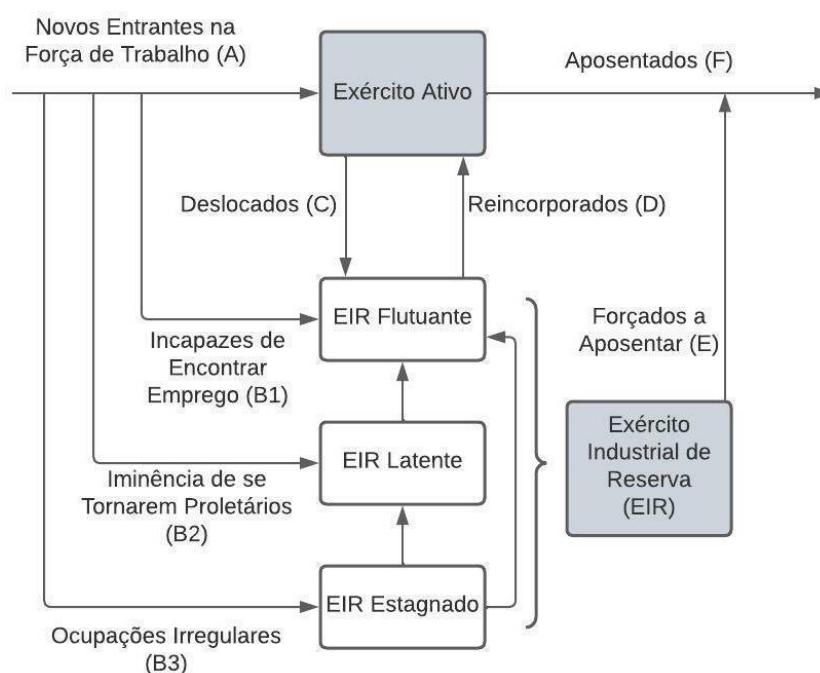
Na primeira, a flutuante (B1), estão os trabalhadores que mais rapidamente são incorporados na produção de mercadorias. Fazem parte dele, principalmente, os trabalhadores que se encontram desempregados por fatores tecnológicos ou substituídos por trabalhadores mais jovens e/ou mais baratos. Apesar desse grupo ser mais sensível aos ciclos econômicos, a sua existência independe dos booms e depressões de um dado setor capitalista, o que confere esse caráter secular a esse grupo (KALPAGAM, 1985). Muitos trabalhadores incorporados no Exército Ativo podem também ser deslocados para o Exército Flutuante (C) ou reincorporados a ele (D), em um processo dinâmico.

Na segunda camada, a latente (B2), estão os trabalhadores vinculados a setores econômicos em que a inserção do capital não conseguiu absorver toda a força de trabalho. Ela se refere, portanto, tanto à parcela da superpopulação relativa que está procurando emprego em setores capitalistas como consequência da penetração do capital em setores pré-capitalistas quanto àquela que está na iminência de assim o fazer. O setor agrícola é um exemplo disso. No momento em que o capital penetra nesse setor ele absorve uma parte dos trabalhadores que já estavam no campo, mas deixa a outra parte sem trabalho. Esses últimos tendem a

³ Além desse grupo há também os trabalhadores que se encontram em condições de pauperismo, como moradores de rua, prostitutas, entre outros grupos sociais. Contudo, dado o objetivo deste texto, não serão explorados aqui.

manter atividades de subsistência ou são expulsos para os centros urbanos na busca de oportunidades de trabalho (GRANATO NETO, GERMER, 2013).

Figura 1 – Representação Esquemática do Exército Ativo e de Reserva em uma Economia Capitalista



Fonte: Adaptado de Basu (2022)

Por fim, a forma estagnada (B3), contempla uma parte significativa do exército industrial que se ocupa de trabalhos irregulares de acordo com os padrões relevantes de cada período de acumulação (HEROD, *et al.*, 2021), sendo o trabalho doméstico o principal deles (MARX, 1996). É absorvido nela um número elevado de trabalhadores de outros setores da indústria e da agricultura, especialmente aqueles ligados a setores econômicos em decadência em que a força de trabalho foi substituída pela manufatura e a manufatura pela maquinaria.

Um dos principais desafios dentro do debate marxista é construir aproximações entre essas categorias teóricas abstratas e os fenômenos concretos do capitalismo ao longo da história. No caso do EIR, a principal dificuldade ocorre porque as estatísticas do mercado de trabalho construídas pelos órgãos oficiais de governo não tomam como referência a teoria marxista para a elaboração metodológica da pesquisa. Como consequência, há diversas dificuldades em analisar a dinâmica econômica capitalista articulando categorias marxistas com os dados disponíveis (STRAUSSMAN, 1977).

Em algumas áreas o problema de articular as categorias marxistas com os dados disponíveis está sendo superado pelo esforço de pesquisadores que constroem correspondências entre as categorias marxistas e os dados estatísticos disponíveis, como é o caso de Kapalgam (1985) que busca entender a inserção das mulheres em cada camada do EIR. Na discussão sobre o EIR no Brasil, um esforço importante é realizado por Granato Neto e Germer (2013), que aplicam as categorias marxistas para entender a dinâmica do mercado de trabalho. A proposta de correspondência entre as definições do IBGE e as categorias marxistas feitas pelos autores levou em consideração os dados da PNAD para o período de 2001 a 2009 e foram adaptadas no presente texto para os dados da PNAD-C no período 2012 a 2021, foco deste trabalho (QUADRO 1).

Quadro 1 – Correspondência entre as definições do IBGE e as Categorias Marxistas

| Categorias do IBGE - PNAD-C | Categorias Marxistas |
|--|----------------------|
| Empregador | Capitalista |
| Empregado (privados, públicos e informais) | Exército Ativo |
| Desocupados | EIR flutuante |
| Conta Própria | EIR estagnado |
| Trabalhador não remunerado | EIR estagnado |
| Trabalhador Doméstico | EIR latente |
| Trabalhador na produção para próprio consumo | EIR latente |

Fonte: Elaboração própria adaptado de Granato Neto e Germer (2013)

Granato Neto e Germer (2013) destacam algumas dificuldades em aplicar de forma direta as categorias marxistas nos dados do IBGE, o que provoca algumas subestimação e superestimação dos dados. É o caso, por exemplo, do EIR estagnado, que tende a ser superestimado já que alguns trabalhadores desse grupo podem ser colocados também no exército ativo, como trabalhadores informais. Por outro lado, ocorre uma subestimação do Exército Ativo, já que parte deles deixam de ser contados por estarem por essa classificação em outros grupos. Além disso, as próprias estatísticas oficiais têm dificuldade em computar a informalidade, o que amplia a dificuldade de construir um tradutor mais completo.

Cabe destacar, como apontado por Herod *et al.* (2021), que o EIR é constituído de forma diferente em cada sociedade e em cada momento histórico. Eles citam por exemplo que em alguns países mais ricos pode ocorrer que a camada estagnada seja a maior entre as camadas do EIR devido ao elevado número de trabalhadores de tempo parcial e em empregos temporários. Já em outros países, o EIR latente tende a ter o maior número de trabalhadores por ainda estarem vivenciando uma transição do rural para o urbano. Identificar essas diferenças ajuda a revelar aspectos específicos da natureza das diferentes economias em um dado tempo. Diante disso, o objetivo da próxima seção é analisar essas categorias marxistas com base nos dados da economia brasileira, de modo a compreender de forma mais clara algumas dinâmicas específicas do país nos últimos anos.

3. CAPITALISTAS, EXÉRCITO ATIVO E EIR

Partindo dos elementos teóricos apresentados anteriormente, esta seção busca apresentar a dinâmica da divisão de classe da sociedade brasileira ao longo do período estudado a partir de três grupos: Capitalistas, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, sendo este último subdividido em suas três camadas, flutuante, latente e estagnada. Para facilitar a apresentação da discussão, foi feita a divisão em duas subseções. Na primeira, o foco é na classe capitalista e na força de trabalho do exército ativo. Já na segunda seção, a discussão é direcionada ao EIR e suas camadas.

3.1 Capitalistas e Exército Ativo no Brasil

O debate sobre a dinâmica capitalista é principalmente focado na relação entre capitalistas e o exército ativo. Analisar o comportamento desses dois grupos com base no tamanho de cada um desses grupos contribui na compreensão da dinâmica da luta de classes e fornece alguns insights importantes para a reflexão desenvolvida neste trabalho.

Sobre a classe capitalista brasileira, diferentes autores ajudam a entender as características particulares dessa elite econômica. Partindo de diferentes linhas teóricas, a tradição intelectual brasileira produziu

reflexões importantes sobre as suas origens (FERNANDES, 2005), como elas foram se articulando e compondo as elites políticas (FAORO, 1987; HOLANDA, 1995), a mentalidade que guia o seu comportamento conservador e aristocrático (MIGLIOLI, 2010), entre outros aspectos. O objetivo desta seção não é analisar esses aspectos sociológicos e políticos da classe capitalista brasileira, mas para entender alguns elementos dessa classe social é central considerar essas características.

Neste trabalho, seguindo a metodologia de Granato Neto e Germer (2013), é considerado classe capitalista todos os indivíduos que declararam na pesquisa da PNAD-C que eram empregadores, ficando incluídos nesse grupo tanto grandes capitalistas quanto uma pequena burguesia. No caso desse último grupo, como revela a pesquisa do Cadastro das Empresas (CEMPRE) em 2019, eles representam cerca de 72,86% do total de 4,7 milhões de empresas no Brasil, que são aquelas que possuem até 4 empregados. Cabe destacar que desse total, apenas 5.984 possuíam mais de 500 funcionários.

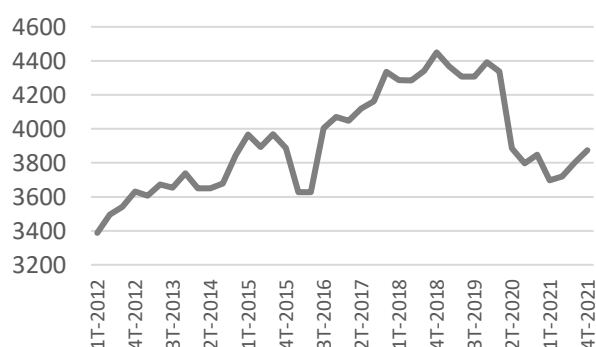
Mesmo sendo um grupo diverso no que se refere ao tamanho e o perfil das empresas que comandam, a construção histórica brasileira associada a herança colonial e escravocrata produziu uma classe capitalista com diversas afinidades, a despeito das disputas intraclasses e divergências conjunturais (BOITO JR., 2012; FERNANDES, 2005). A análise do tamanho da classe capitalista com base nos dados da PNAD-C possibilita entender alguns aspectos relevantes que ampliam a compreensão dessa classe social.

Em relação ao número de capitalistas (Gráfico 1.a), observa-se um aumento nesse grupo ao longo do período analisado, mas interrompido em dois momentos: o primeiro entre o 3T-2015 e o 2T-2016 e o segundo, a partir de 2019 (1T-2019) até o 2T-2021, com uma leve recuperação no quarto trimestre de 2019. Como nessa categoria entram todos os indivíduos que se declararam empregadores na PNAD-C, ela acaba refletindo diferentes processos econômicos que geram efeitos diferentes a depender do tamanho da empresa. Contudo, é possível identificar alguns elementos mais gerais.

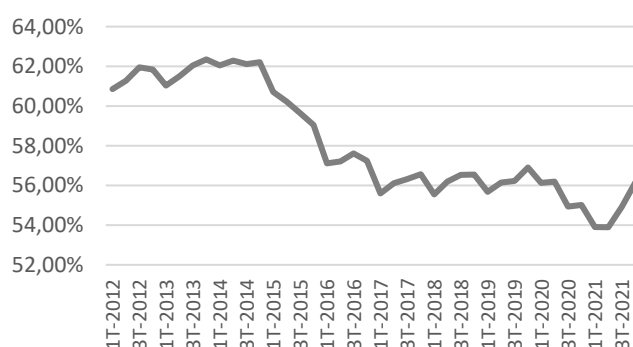
Em relação à primeira interrupção iniciada no segundo semestre de 2015, coincide com a intensificação da crise econômica e política que abateu o governo Dilma e a tramitação do processo de impeachment. O baixo crescimento registrado em 2015 é um fator importante que ajuda a entender essa redução no número de capitalistas. Considerando que nesse mesmo período há também um aumento do EIR (análise apresentada na próxima subseção), há evidências que essa redução indique que uma parcela dos capitalistas foi transferida para a superpopulação relativa. Isto é, a crise econômica pode ter abatido principalmente a pequena burguesia, concentradas nas micro e médias empresas.

Gráfico 1 – Número de Capitalistas no Brasil (mil) e Exército Ativo (% da FT) – (2002 – 2021)

a. Número de Capitalistas no Brasil (mil)



b. Exército Ativo (% da FT)



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da PNAD-C

Sobre a segunda interrupção a partir de 2019, algumas causas que ajudam a explicar essa dinâmica podem estar relacionados a dois processos principais: o primeiro, de caráter conjuntural e exógeno, foi a pandemia do novo coronavírus. Parte desses empregadores foram empurrados para o EIR, especialmente na sua forma

latente, já que as medidas adotadas de lockdown e redução de circulação de pessoas também afetou o EIR na camada estagnada, que seria o destino mais provável desses capitalistas empobrecidos (GRANATO NETO, GERMER, 2013).

O outro processo, mais de caráter estrutural, é a dinâmica de aprofundamento da financeirização na economia brasileira. Como pode ser observado nos dados do Gráfico 1.a, o início da queda no número de capitalistas ocorre antes do primeiro caso do novo coronavírus (1T-2019), apesar de ter sido aprofundada no contexto pandêmico. Uma hipótese é que parte desses capitalistas migraram para o setor rentista da economia, em busca de ganhos de rentabilidade. O relatório da Bolsa de Valores do Brasil (B3) aponta evidências que coadunam com essa hipótese. Segundo os dados divulgados em seu relatório anual, até 2018, cerca de 700 mil brasileiros possuíam investimentos na bolsa de valores. Em 2019 esse número aumentou para um milhão e quatrocentos mil, chegando em março de 2020 a um milhão e novecentos mil investidores. Um aumento de 1,2 milhões de novos investidores.

Obviamente que uma parte dessas pessoas físicas que passaram a investir na Bolsa de Valores são trabalhadores que possuem algum nível de poupança e foram atraídos pelo setor financeiro, mesmo não possuindo uma elevada renda (LAVINAS, GENTIL, 2018). Todavia, dada a conjuntura econômica brasileira, é de se esperar que parte desses 1,2 milhões de novos investidores sejam empregadores, que em um contexto de aumento da rentabilidade do sistema financeiro, como observado em 2019, e redução da atividade econômica devido a pandemia do novo coronavírus, tenham transitado para o setor financeiro.

Analisando o exército ativo (Gráfico 1.b), observa-se uma queda na participação desse grupo a partir de 2014, também como reflexo da crise econômica e política que marcou o segundo governo da presidente Dilma Rousseff (BOITO JÚNIOR, 2020). A participação desse grupo, que era 62% até o 3T-2014, passou a oscilar em torno de uma média de 56% da força de trabalho a partir do primeiro trimestre de 2017, uma redução de cerca de 6 pontos percentuais, quando comparado ao período anterior. A análise gráfica também permite identificar o efeito da pandemia que levou uma redução do Exército Ativo ao seu menor nível na série: 53,89% no 1T-2021, seguida de uma fase que aponta para a recuperação econômica.

Chama atenção que, considerando o conjunto da força de trabalho, o Exército Ativo corresponde no período analisado a em média 58,14% dos trabalhadores, sendo a outra parte formada pelo EIR. Outro ponto a destacar, ainda relacionado a pandemia, é que acompanhando o comportamento do tamanho da classe capitalista, o exército ativo também teve queda mais acentuada com a pandemia, o que representou uma ampliação do EIR brasileiro. Como argumentado na próxima seção, esse aumento repercutiu principalmente no EIR flutuante, não se distribuindo de maneira significativa para a camada latente e estagnada.

3.2. Exército Industrial e suas camadas no Brasil

Como apresentado anteriormente, o exército industrial de reserva (Gráfico 2.a) pode ser separado em três camadas que apresentam dinâmicas particulares. A primeira delas, o EIR na forma flutuante (Gráfico 2.b), tende a seguir de maneira mais sensível os ciclos econômicos e corresponde, em sua grande maioria, aos trabalhadores que estão desempregados (SILVA, MORRONE, 2021b). Contudo, como argumentado anteriormente, considerar apenas esse grupo restringe a capacidade de reflexão do papel que o EIR na luta de classes e como ele reflete algumas condições particulares do desenvolvimento capitalista em um dado momento histórico. As outras duas camadas, a Latente e a Estagnada (Gráfico 2.c e 2.d), apontam para características mais estruturais e enraizadas do mercado de trabalho e que pelas suas características tendem a alimentar o EIR Flutuante (Figura 1).

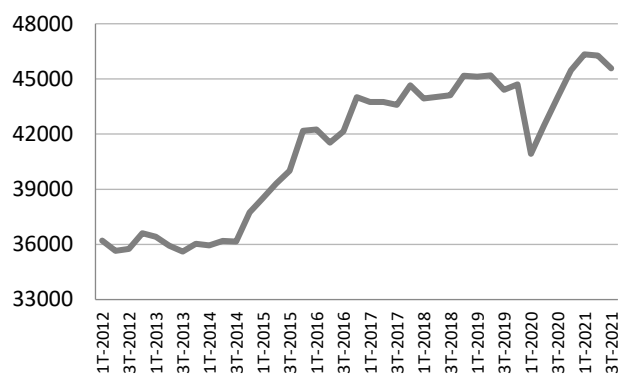
Analisando os dados do EIR no Brasil (Gráfico 2.a) é possível identificar alguns aspectos importantes da conjuntura brasileira no período. Ao longo da maior parte da série estudada, o EIR manteve-se na média de 41% da força de trabalho, sendo que o menor valor na série histórica foi no 2T-2014, em que atingiu

37,65%, e o maior no 2T-2021, com 46,11%. A análise gráfica permite identificar ao menos três momentos específicos das condições conjunturais do país. O primeiro, nos 2 primeiros anos da série, o EIR manteve-se com valores abaixo de 40% da força de trabalho. Esse período também corresponde aos dois anos finais do primeiro mandato do governo da presidenta Dilma Rousseff e foi acompanhado com um aumento da massa salarial brasileira. O gráfico 3 ajuda a identificar esse comportamento. Nele foi plotado os dados da massa salarial (lado esquerdo) juntamente com o percentual do EIR que compõem a força de trabalho (lado direito). Entre 2012 e o 3T-2014 observa-se uma leve estabilidade no percentual do EIR que oscilou apenas um ponto percentual, ao mesmo tempo em que a massa salarial apresentou um crescimento importante.

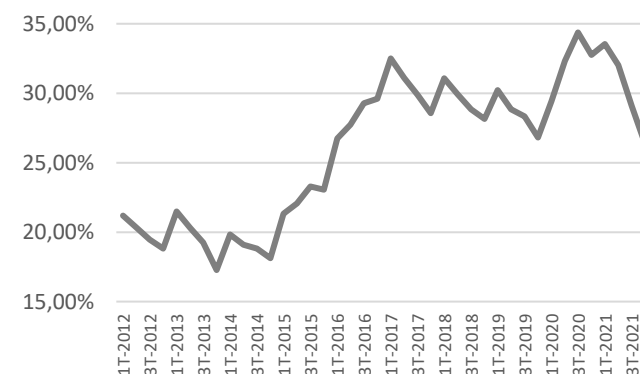
Essa relativa estabilidade no tamanho do EIR acompanhado de uma ampliação da massa salarial indica uma relação de forças que tendem a privilegiar a classe trabalhadora, apesar das contradições dessa relação. O salário real é uma outra evidência que reforça os ganhos da classe trabalhadora nesse período. Como apontado pela base de dados do EPWT 7.0, entre 2004 e 2013 houve uma tendência de ampliação no salário real, tendo essa tendência sido revertida a partir de 2013 (Gráfico 4), coincidindo com a fase em que o EIR volta a crescer.

Gráfico 2 – EIR e suas Camadas – Brasil (2012 – 2020)

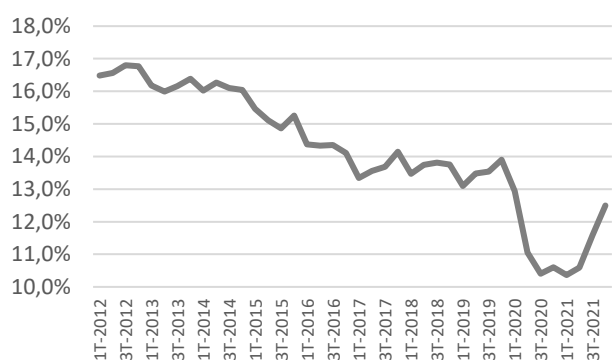
a. EIR



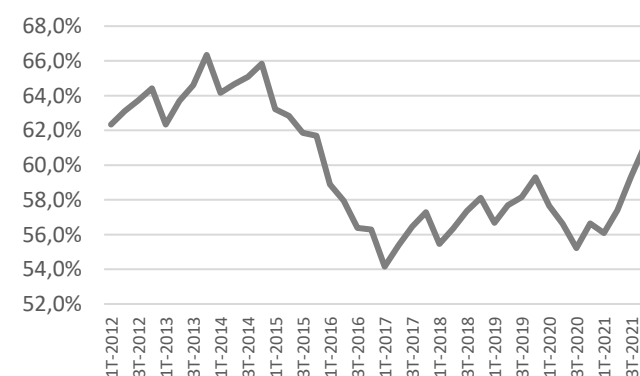
b. EIR Flutuante (% EIR)



c. EIR Latente (% EIR)



d. EIR Estagnado (% EIR)



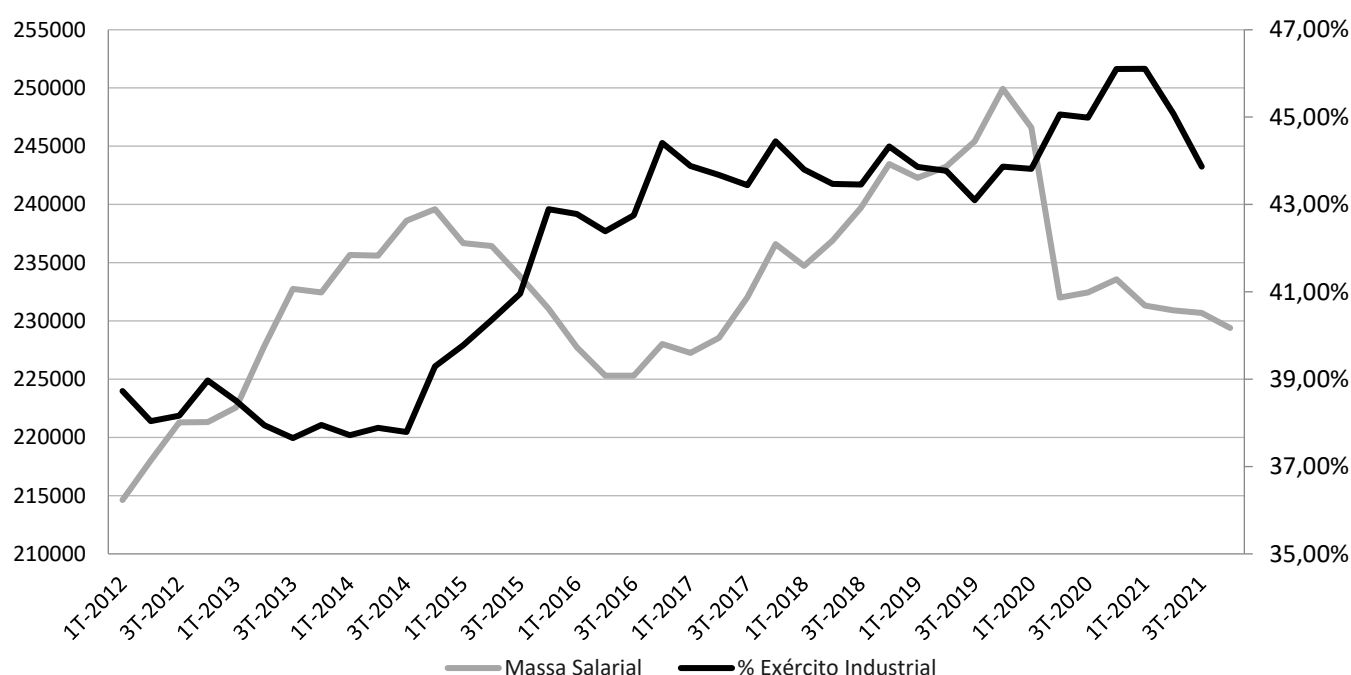
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da PNAD-C

Entre 2014 e 2019, é possível identificar um segundo momento na conjuntura brasileira, em que há um aumento importante no tamanho do EIR até o 4T-2016, seguido de um período de estabilidade, mas em patamares superiores do que no primeiro momento apontado anteriormente. Esse crescimento significativo dessa parcela da classe trabalhadora que não é absorvida diretamente pela produção capitalista é um importante reflexo da dinâmica econômica brasileira nesse período. Cabe lembrar que a partir de 2014 houve um aprofundamento da crise política e econômica no país, que foi acompanhada de um

enfraquecimento de setores ligados à classe trabalhadora. A redução da massa salarial entre 2014 e 2016 (Gráfico 3) aponta para esse enfraquecimento, tendo como ponto alto o golpe sofrido pela presidenta Dilma em 2016. Considerando que na acumulação capitalista o EIR é um instrumento para conter a força da classe trabalhadora, esse aumento significativo desse grupo é um importante indicativo do enfraquecimento dos trabalhadores no período e ajuda a explicar a baixa resistência ao conjunto de reformas realizadas pelo governo Temer que sucedeu a presidenta Dilma Rousseff.

Todavia, nesse segundo momento da conjuntura, é possível observar que diferente do EIR que apresentou um movimento de crescimento, a massa salarial moveu-se em duas direções diferentes ao longo desse intervalo. Entre 2014 e o 3T-2016 houve queda, e a partir do 4T-2016 ela passou a crescer até o 4T-2019. Esse resultado reforça um elemento central na dinâmica capitalista: o EIR desempenha papel importante na luta de classes em torno da renda produzida, mas ele não é o único determinante.

Gráfico 3 – Massa Salarial (milhões) e EIR (% da Força de Trabalho) – Brasil (2012 – 2021)



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da PNAD-C

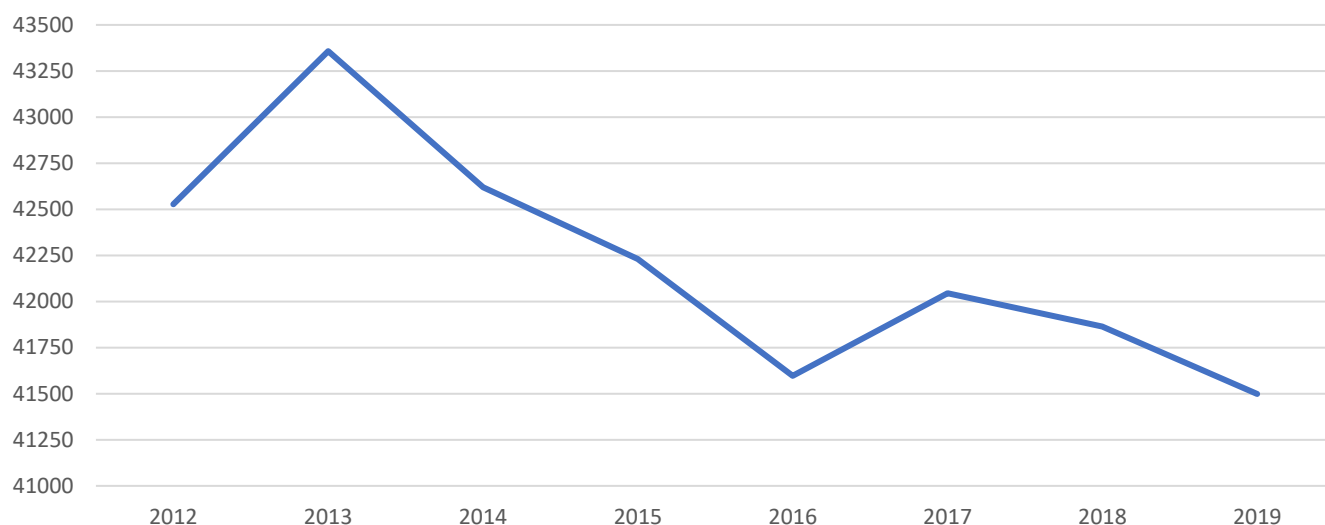
O terceiro momento que fica evidente nos dados sobre o EIR apresentados no Gráfico 2.a está relacionado a Covid-19. O impacto da crise pandêmica sobre o tamanho dessa população relativa no Brasil fica evidente na análise dos dados. Contudo é importante perceber que o crescimento do EIR inicia a partir do 3T-2019, antes da Organização Mundial da Saúde declarar o estado pandêmico. O tamanho do EIR continua crescendo até o 1T-2021, como consequência da diminuição da dinâmica econômica causada pela pandemia da Covid-19. Além do aumento da parcela do EIR, há também uma redução na massa salarial que diminuiu no primeiro semestre de 2020, estabilizando-se a partir desse momento (Gráfico 3).

A análise do EIR a partir das suas três camadas permite entender de forma mais detalhada como ocorreu esse crescimento do EIR no período. Entre os três grupos, o que tem mais peso é o EIR na sua forma Estagnada, seguida pelo Flutuante e Latente. Uma análise cuidadosa de cada um desses grupos pode ajudar a entender alguns aspectos relevantes do intervalo de tempo analisado. O primeiro aspecto importante a notar tem relação com o comportamento do EIR Flutuante. Como argumentado anteriormente, o movimento dessa camada é a que mais consegue ser acompanhado pelas estatísticas oficiais, já que ela se

aproxima dos dados de desemprego. Contudo, como argumentado por Straussman (1977), associar o EIR apenas aos desempregados tende a subestimar a população relativa, visto que, a camada flutuante é apenas uma parte do Exército Industrial.

Chama atenção em relação a esse grupo que ele é o que mais se aproxima do movimento observado pelo conjunto do EIR. A partir de 2015 esse grupo passou a crescer significativamente, saindo de patamares ao redor de 20% para mais de 30% do total do EIR. A partir do 1T-2017, ele passa a apresentar uma queda, com oscilações positivas no primeiro trimestre de 2018 e 2019. Contudo, a crise causada pela Pandemia da Covid-19 leva novamente a um crescimento desse grupo. Como argumentado por Basu (2022), essa camada é a mais sensível às conjunturas econômicas, o que explica esse movimento oscilante que ela apresenta.

Gráfico 4 – Salário Real Anual – Brasil (2012 – 2019)



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do EPWT 7.0 (MARQUETTI *et al.* 2021).

Ainda no Gráfico 2, chama atenção a dinâmica do EIR Estagnado e Latente (Gráfico 2.c e 2.d), que se moveram em direção oposta da Flutuante no período anterior à pandemia da Covid-19. No caso da camada estagnada, o principal fator que explica esse comportamento é que essa camada do EIR é também formada por trabalhadores que atuam em pequenos empreendimentos comerciais e/ou de forma autônoma. Na pandemia, esse grupo foi o principal atingido pelas medidas de contenção ao coronavírus e explica a sua redução no período inicial. Parte desses trabalhadores acabaram se movendo principalmente para o EIR Flutuante, que como definido por Marx (1996) e enfatizado por Hero e Gialis (2021), tende a absorver setores econômicos em crise.

Como observado nos dados, a camada latente corresponde em média 15% da população em todo o período analisado, com uma tendência clara de redução no período, mudando apenas no contexto da pandemia. O tamanho dessa parcela do EIR, em específico os trabalhadores para o próprio consumo, dialoga diretamente com os argumentos apontados por Marini (1997), que identifica na transição agrária/industrial brasileira a fonte inicial da formação do EIR no Brasil a partir do século XX. Essa condição de economia agrária ao longo de boa parte do século ajuda a entender a existência dessa parcela do EIR (HEROD, GIALIS, 2021).

Segundo Felix (2021), a partir da Teoria da Dependência de Marini (1997), uma característica marcante das formações de economias dependentes é que a absorção das estruturas pré-capitalistas ocorreu de forma mais lenta do que nas economias centrais. A industrialização na América Latina teve como característica marcante o descompasso entre a oferta de empregos a baixos salários que eram gerados e a massa de trabalhadores expulsos do campo à procura de emprego. Essa combinação ajuda a entender a formação

urbana das cidades, a criação dos bolsões de pobreza, o surgimento das periferias e todo o processo de violência e marginalização que veio acompanhado. Esses processos históricos ajudam a entender a dimensão e dinâmica do EIR na sua forma latente no Brasil.

O aumento no tamanho total do EIR no período da pandemia, como apontado pelos dados das camadas do EIR, indica que, além dos trabalhadores do Exército Ativo que podem ter se transferido para esse grupo, houve também um movimento interno em que parte do EIR na forma estagnada e latente foi transferida para a camada flutuante, mesmo que temporariamente. Essa evidência ajuda a reforçar alguns aspectos específicos das economias subdesenvolvidas no atual contexto da pandemia. Como apontado em Schneider *et al* (2010), uma característica estrutural das economias subdesenvolvidas é a existência de um significativo setor informal, chamado por eles de economias das sombras, que é responsável por garantir emprego (precarizado) para muitos trabalhadores. Diferente de outras crises econômicas em que esse setor é responsável por absorver a superpopulação relativa, às características particulares relacionadas à crise social que envolve a Pandemia da Covid-19, tornou esse setor bastante afetado, apesar da sua rápida recuperação.

4. CONCLUSÃO

O conceito do EIR e sua relação com as dinâmicas estruturais do capitalismo é um instrumento importante para compreender as economias capitalistas contemporâneas. O grande problema é que apesar de ser uma categoria teórica menos abstrata e, portanto, com uma aplicação mais direta aos dados empíricos da realidade, as estatísticas oficiais têm pouca correspondência à categoria. A principal consequência é a dificuldade em aplicar o conceito para entender experiências concretas. Essa dificuldade é reduzida por causa de trabalhos como Granato Neto e Germer (2013), Foster *et al.* (2011) e Herod, Gialis (2021), Basu (2022) que fazem um esforço de construir uma correspondência entre as categorias marxistas e os dados oficiais. Esse tipo de correspondência entre estatísticas oficiais e categorias marxistas, apesar de diversas limitações, permite fundamentar teoricamente uma análise do comportamento do mercado de trabalho que melhor se articule com dinâmicas estruturais do capitalismo, o que auxilie na interpretação de conjunturas econômicas como as desenvolvidas neste trabalho.

Ao longo das seções buscou-se apresentar a categoria teórica do EIR articulada com evidências empíricas da economia brasileira a partir dos dados da PNAD-C entre 2012 e 2021 e da base de dados EPWT 7.0 (MARQUETTI, *et al.*, 2021). Apesar desse recorte temporal ser curto (10 anos), o conjunto de mudanças políticas e econômicas que ocorreram no país torna esse período um momento chave para compreender a dinâmica da luta de classes e sua relação com as dinâmicas econômicas e sociais, já que nesse período houve o golpe contra a presidente Dilma Rousseff e a ascensão de um governo de extrema direita no Brasil.

Os principais resultados encontrados neste trabalho trazem novos elementos para o debate sobre a crise da economia brasileira. O primeiro deles é que durante todo o período analisado há um aumento permanente no tamanho do EIR no Brasil, aprofundado com a pandemia da Covid-19 e, posteriormente, arrefecido pela retomada econômica. Chama atenção o fato de que essa superpopulação relativa esteja concentrada principalmente na camada estagnada (mais de 50% do EIR), o que reforça o peso dos setores informais da economia brasileira. Contudo, durante o período analisado, essa camada apresentou uma tendência de queda em sua participação no total do EIR. Um segundo resultado importante é que entre as camadas, a que mais cresceu no período foi a flutuante, sendo ela a principal responsável por explicar o crescimento no tamanho do EIR, o que reforça que a atual crise econômica do país tem também um caráter conjuntural relacionado aos efeitos das crises cíclicas do capitalismo, aprofundada no contexto pandêmico.

5. REFERÊNCIAS

- AQUINO, Dayani. A Lei Geral da Acumulação Capitalista e suas implicações sobre a estrutura de classe. In: CIPOLLA, Francisco; AQUINO, Dayani. *150 anos d'O Capital: a atualidade de Marx*. Curitiba: CRV, 2017, p. 115 - 130.
- BASU, Deepankar. The Reserve Army of Labor in the Postwar U.S. Economy. *Science & Society*, v. 77, n.2, p. 179-201, 2013.
- BASU, Deepankar. Reserve Army of Labour. In: UPADHYAY, V; SINGH, P. *Global Political Economy: A Critique of Contemporary Capitalism*. London: Rotledge, 2022.
- BOITO JR., Armando. Lulism, Populism and Bonapartism. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, p. 134 – 151, 2020.
- BOITO JR., Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. IN. A. BOITO Jr. and A. Galvão (eds.), *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.
- BRAGA, Ruy; SANTOS, Fábio Luís Barbosa. The Political Economy of Lulism and Its Aftermath. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, p. 169 – 186, 2020.
- BRASS, Tom. Great replacement and/as the Industrial Reserve: Populism ou Marxism. In: FASENFEST, David. (ed.). *Marx Matters*. Boston: Brill, 2022.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- COLOMBINI, Iderley. Form and Essence of Precarization by Work: From Alienation to the Industrial Reserve Army at the Turn of the Twenty-First Century. *Review of Radical Political Economics*, v. 52, n. 3, p. 409 – 426, 2020.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FELIX, Gil. On the Concept of the Reserve Army of Labor in Ruy Mauro Marini. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 01, p. 75-90, 2021.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo; Ed. Globo. 2005.
- FERNANDEZ, Luis. The Industrial Reserve Army in 21st Century: An Approach to the case of Mexico. In: FUSARO, Lorenzo; SANDOVAL, Leinad. *The General Law of Capitalist Accumulation in Latin America and Beyond: Actuality and Pertinence*. New York: Lexington Books, 2022.
- FOSTER, J. B.; McCHESNEY, R. W.; JONNA, R. J. The Global Reserve Army of Labor and the New Imperialism. *Monthly Review*, v. 63, n. 6, p. 6-38, Nov. 2011
- GOODWIN, R. M. A Growth Cycle. In: FEINSTEIN, C. H. (ed.). *Socialism, capitalism and economic growth*. London: Cambridge University, 1967, p. 78-91.
- GORDON, D. M. The Un-Natural Rate of Unemployment: An Econometric Critique of the Nairu Hypothesis. *The American Economic Review*, v. 78, n. 2, p. 117- 123, 1988.
- GRANATO NETO, Nelson Nei; GERMER, Claus Magno. A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva. *Revista Ciências do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 162-181, 2013.
- HEROD, Andrey.; GOURZIS, Kostas; GIALIS, Stelios. Inter-regional underemployment and the industrial reserve army: Precarity as a contemporary Greek drama. *European Urban and Regional Studies*, v. 28, n. 4, p. 413 – 430, 2021.
- HYMER, Stephen. International Politics and International Economics: A Radical Approach. *Monthly Review*, v. 29, n. 10, 1978.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOWELL, Chris. Neoliberalism, capitalist growth models, and the state: An agenda for industrial relations theory. *Journal of Industrial Relations*, v. 61, n. 3, p. 457 - 474, 2019.
- KALPAGAM, U. Women and the Industrial Reserve Army: A Reappraisal. *Social Scientist*, v. 13, n. 10/11, p. 95 – 115, 1985.
- LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 37, p. 191-211, 2018.
- MALDONADO-FILHO, Eduardo; MARQUETTI, Adalmir. *Introdução à Economia Política: Livro Texto Versão 2.0. Versão Preliminar (mimeo)*, 2019.
- MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, A. Profitability and Distribution: The Origins of the Brazilian Economic and Political Crisis. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, p. 115 – 133, 2020.
- MARQUETTI, Adalmir, MIEBACH, Alessandro, MORRONE, Henrique. The Extended Penn World Tables 7.0. *Texto para Discussão 2021/01*, UFRGS, 2021.
- MARQUETTI, Adalmir; MORRONE, Henrique; MIEBACH, Alessandro; OURIQUE, Luiz Eduardo. Measuring the Profit Rate in an Inflationary Context: The Case of Brazil, 1955-2008. *Review of Radical Political Economics*, v. 51, p. 52-74, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, v. 12, p. 21–39, 1977.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1º, tomo 2, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1996.
- MIGLIOLI, Jorge. Dominação burguesa nas sociedades modernas. *Crítica Marxista*, n. 22, p. 13 - 33, 2006.
- RIGAKOS, George; ERGUL, Aysegul. Policing the industrial reserve army: An international study. *Crime Law Social Change*, v. 56, p. 329 – 371, 2011.
- ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme; BASTOS, Pedro Paulo Z.; The Growth Model of the PT Governments: A Furtadian View of the Limits of Recent Brazilian Development. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, p. 100 – 114, 2020.
- SCHNEIDER, F.; BUEHN, A.; MONTENEGRO, C. E. New estimatives for shadow economies all over the world. *International Economic Journal*, Amsterdam, v. 24, n. 4, Dec. 2010.
- SERRANO, Franklin, RICARDO Summa. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth from 2011–2014. *Center for Economic and Policy Research*, 2015.
- SCHWANDER, Hana. Labor Market Dualization and Insider-Outsider Divides: Why this new Conflict Matters. *Political Studies Review*, v. 17, n. 1, p. 14 – 29, 2019.
- SINGER, André. The failure of Dilma Rousseff’s Developmentalist Experiment. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, p. 152 – 168, 2020
- SILVA, Daniel.; MORRONE, Henrique. Crescimento e mudança demográfica: uma aplicação do modelo de Goodwin para países da OCDE (1960 - 2010). *Nova Economia*, v. 31, n. 1, p. 39 - 66, 2021a.
- SILVA, Daniel.; MORRONE, Henrique. O Regime Geral da Previdência no Brasil: Uma Abordagem Crítica. *Revista de Economia*, v. 42, n. 78, p. 276 - 304, 2021b.
- STRAUSSMAN, Jeffrey. The ‘Reserve Army’ of the Unemployed Revisited. *Society*, Springer, v. 14, n. 3, p. 40-45, mar./apr. 1977.